

"O povo não tem cultura! nós temos cultura porque...": efeitos de uma dicotomia*

"The people do not have culture! We have culture because...": effects of a dichotomy

José Licínio Backes**

* Versão ampliada do trabalho apresentado no II Fórum Nacional de Educação – ULBRA/Torres, maio de 2005.

** Doutor em Educação (Unisinos). Professor do Programa de Mestrado em Educação – UCDB.
e-mail: backes@ucdb.br

Resumo

O trabalho é fruto da tese de doutorado, defendida na UNISINOS, São Leopoldo – RS, cujo orientador foi o professor doutor Lúcio Kreuz. Tem como campo teórico os Estudos Culturais Pós-Estruturalistas, campo que problematiza a dicotomia alta e baixa cultura. Mesmo não concordando com esta dicotomia, segundo este campo não se pode deixar de levar em conta que ela continua presente, produzindo vários efeitos. Assim questioná-la, mostrando que produz um conjunto de efeitos nas identidades/diferenças, efeitos por meio dos quais a baixa cultura tende a ser vista como abjeta e inferior não significa que não deva ser mencionada e analisada, quando ela se constitui em uma marca central para determinados grupos. Esta análise, longe de ser uma legitimação da dicotomia, procura fazer parte de um processo de desconstrução. Além disso, este campo afirma a centralidade da cultura, vista como um processo de atribuição de sentido, atravessado pelas relações de poder no qual a linguagem, mais do que dizer como é a realidade, produz a realidade. A cultura é central não porque é superior a outras dimensões (econômica, política, sexual...), mas porque está presente em tudo. Assim, com o intuito de compreender as representações de cultura que estudantes de Ensino Médio de uma escola particular da grande Porto Alegre são levados a produzir e quais os efeitos destas representações para as identidades/diferenças é que se lançou mão de entrevistas, debates, observações e redações, por meio das quais foi possível compreender que a dicotomia alta cultura x baixa cultura é uma marca central na representação de cultura, produzindo vários efeitos tanto para os processos de identificação quanto de diferenciação cultural. Os estudantes identificam-se como fazendo parte da alta cultura, sobretudo por estudarem em escolas particulares, por assistirem TV a cabo, por terem capacidade de consumir, por terem condições de fazer viagens, irem ao teatro, escutarem músicas "cultas" e por se "esforçarem" bastante e conseguirem aprovação para uma universidade federal. Já os outros, segundo eles (os outros para eles são os pobres), pertencem à baixa cultura, porque estudam em escolas públicas, assistem TV aberta, não tem condições de consumir, não viajam, não vão ao teatro, escutam músicas "bregas" e não se esforçam, por isto, no máximo frequentarão uma universidade particular. Pode-se concluir que a dicotomia alta cultura x baixa cultura está presente em todos os momentos da pesquisa e está atravessada por uma questão econômica, na qual o pobre, visto como sujeito sem cultura, passa a ser representado não apenas como alguém sem condições materiais, mas como alguém que condensa todos os significados indesejáveis para os que se identificam como pertencentes à alta cultura.

Palavras-chave

Cultura; identidade; diferença.

Abstract

The study in hand is the fruit of a doctoral thesis, defended at UNISINOS, São Leopoldo, RS, the supervisor of which was Professor Dr. Lúcio Kreutz. The theoretical field of the article is based on Post-Structuralist Cultural Studies, a field which questions the dichotomy of high and low culture. Although not agreeing with this dichotomy, according to this field it is not possible to exclude the fact that it exists, and produces various effects. Thus, to question this dichotomy, showing that it produces a series of effects in identities/differences, effects by which the low culture tends to be seen as abject and inferior does not signify that it should not be mentioned and analyzed when it constitutes a central mark for certain groups. This analysis, far from being a legitimization of the dichotomy, seeks to make it part of a process of deconstruction. As well as this, this field affirms the centrality of culture, seen as a process for the attribution of meaning, passing through the relationships of power in which language, more than saying what reality is like, produces the reality. Culture is central not because it is superior to other dimensions (economic, political, sexual...) but because it is present in everything. In this way, with the intention of understanding the representations of culture that students in Middle School of a private school in greater Porto Alegre are led to produce and to see what the effects are of these representations for the identities/differences, interviews, debates, observations and compositions were used, by which it was possible to understand that the dichotomy high culture x low culture is a central mark in the representation of culture, producing various effects both on the processes of identification and cultural differentiation. The students identify themselves as being part of high culture, above all as they study in a private school, watch cable TV, have consumer capacity, are able to go on journeys, go to the theatre, listen to "erudite" music and because they "exert" themselves considerably and manage to get into a federal university. Seeing that the others, according to them (the others for them are the poor) belong to the low culture, because they study in government schools, watch open TV, have no consumer power, do not go on journeys, do not go to the theatre, listen to "unfashionable" music and do not exert themselves, and for this, the most they achieve is to go to a private university. It can be concluded that the dichotomy high culture x low culture is present at all moments of the research and is traversed with an economic question, in which a poor person, seen as someone without culture, is represented not only as someone without material conditions, but as someone who, for those who identify themselves as belonging to the high culture, concentrates all undesirable significances.

Key words

Culture; identity; difference.

O presente texto é fruto de minha pesquisa de doutorado e teve como campo de pesquisa estudantes de Ensino Médio de uma escola particular da Grande Porto Alegre-RS. Por ser uma escola considerada de qualidade, recebe alunos de várias cidades do estado e de outros estados. Recorrendo a observações, entrevistas, debates e redações, todas estratégias vistas como atravessadas por relações de poder, portanto sob hipótese alguma neutras, é que se pôde produzir este texto, que trata da dicotomia

alta cultura e baixa cultura na produção das identidades e diferenças. As identidades e as diferenças são entendidas como uma produção social e cultural, ou seja, não como essenciais, primordiais ou fixas, mas como instáveis e cambiantes, como sustentam os Estudos Culturais Pós-Estruturalistas.

Cultura é o campo em que o sentido das coisas, das identidades, das diferenças é construído. O sentido é produzido no interior da cultura e está circunscrito ao próprio contexto cultural. Não existe sentido fora da

cultura. Estes sentidos/significados são produzidos socialmente, o que significa reconhecer que são estabelecidos pelas relações de poder. A cultura produz as identidades e as diferenças. A cultura produz identidades normais/anormais, legítimas/ilegítimas, dignas/indignas, brancas/negras.... A cultura produz tudo e a todos e todas. Ela nos faz sentir vergonha, procurar outras identificações, mas também nos faz sentir orgulho de pertencimento. A cultura é ambivalente. Diz quem nós somos, o que não devemos ser, o que devemos nos tornar, como devemos nos comportar, que lugares sociais podemos ocupar. A cultura produz a diferença com desigualdade. Associa a diferença com inferioridade. Produz a lugarização, determina os lugares que cada um pode/deve ocupar. A cultura legítima a idéia de alguns devem viver em favelas outros em mansões. Produz a idéia de que alguns devem ser sem-terra e outros latifundiários. A cultura (branca, o mito da democracia racial) produz [Equivocadamente] a idéia de que ser negro é ser inferior, é ser menos, portanto não merece o mesmo salário, acesso à universidade, ter acesso igual aos bens materiais. A cultura posiciona os sujeitos, estabelece as fronteiras entre o "bem" e o "mal", produz os "deuses" e os demônios". A cultura é tudo. Isto significa dizer que todos os seres humanos são produtores de cultura e ao mesmo tempo um produto da cultura. Daí, que não faz sentido falar em mais cultura, menos cultura, baixa cultura, alta cultura. Todos somos sujeitos de cultura e da cultura.

Mas a cultura não faz só isso. A cultura é ambivalente. É cheia de práticas contraditórias. Faz com que as pessoas fiquem

idignadas diante das injustiças, diante das discriminações/racismos, diante da dor do outro e da outra. A cultura produz os movimentos sociais de resistência. Produz a coragem e a convicção de lutarmos com as nossas forças, estabelecendo alianças (de raça, gênero, classe...), para minarmos os processos de dominação/exploração, discriminação e racismo. A cultura fomenta novas práticas, práticas que minam a dicotomia "alta" e "baixa" cultura.

Destaco que para o campo teórico utilizado não faz sentido falar em alta e baixa cultura. Porém, isto não significa afirmar que as dicotomias perderam o *status* canônico no campo teórico. Elas continuam sendo importantes marcadores e reguladores culturais. Assim: "Deslocá-los' não significa abandoná-los, mas mudar o foco da atenção teórica das categorias 'em si mesmas', enquanto repositórios de valor cultural, para o próprio processo de classificação cultural" (HALL, 2003, p. 239). Com isso, não se está aceitando que a classificação seja convincente ou legítima. Ela não é nenhuma dessas duas coisas, porque sempre se move dentro do território da naturalização e transitorização. Porém, não a considerar para estudar grupos que recorrem a ela seria não levar em conta as articulações relevantes que ocorrem naquele contexto e significaria perder uma de suas dimensões mais importantes, a dimensão do próprio processo de classificação cultural (HALL, 2003).

Assim a menciono, porque ela apareceu de forma recorrente em todas as estratégias utilizadas nesta pesquisa, produzindo representações de identidades e diferenças. Essa dicotomia vem ao encontro do que afir-

mam os Estudos Culturais ao dizerem que ela geralmente está vinculada a concepções de cultura enquanto uma “coisa”, uma “bagaagem”, uma “herança”, representações muito presentes nas falas dos sujeitos investigados¹.

Foi possível perceber que essa compreensão de cultura por parte dos sujeitos² pesquisados está carregada de sentidos que representam os outros (para eles, o outro geralmente é o pobre, um sujeito sem cultura) como incapazes, responsáveis pela sua condição na sociedade, como podemos perceber pelo debate realizado sobre a água durante uma aula de Geografia³ numa turma de 2º ano do Ensino Médio.

– *O problema começa pela cultura do povo. Ele é pobre, não tem cultura. Acha que tem água sobrando. Não consomem água limpa, não têm dinheiro para comprar água. Mas também são muito ignorantes. Não colaboram, deixam a torneira pingando. Duvido que tenha uma casa de pobre que não tem torneira pingando... Tomam banho demorado, desperdiçam água, depois falta. O povo não tem consciência.*

Ainda que apareça uma voz dissonante, apontando que:

– *Tem muita gente falando que é falta de cultura, que é o pobre que desperdiça água, mas tem muita gente rica que lava a calçada no verão.*

Essa voz logo é silenciada e interrompida com a seguinte colocação:

– *Mas têm uma grande diferença. Se tu fores explicar para o rico, ele vai entender, ele tem cultura. Nós, que temos cultura, podemos passar para os outros. Mas passar cultura de que jeito para o pobre? Ele não vai entender! Vai rir da tua cara. Ele vê a água*

da chuva e acha que tem água sobrando.

O murmúrio da turma deixa claro que essa é uma explicação que faz sentido para eles, que tem um efeito de verdade maior do que a anterior. Ainda no mesmo debate:

– *Mas tem como dar um jeito nisso, de não desperdiçar água, principalmente de o ignorante não desperdiçar água. Olha o McDonalds. Ali as torneiras fecham automaticamente. Isso está certo, mesmo que sejam as pessoas mais cultas que vão lá. Mas, mesmo que pessoas que não têm cultura forem lá, não vão desperdiçar água. Poderiam fazer isso em outros lugares, nos banheiros públicos, por exemplo.*

Outra aluna interrompe para dizer:

– *Acho que o banho dos pobres tinha que ser que nem na prisão. Tinha que colocar todo mundo em fila e passar uma mangueira de pressão. Aí eles logo iam aprender a não desperdiçar água. Se não, o povo não vai se conscientizar. Não tem jeito. Tem que ser na base da força mesmo.*

Mesmo que houvesse desaprovação da turma, quando dessa última fala, tal reprovação pareceu-me mais no sentido de ter feito uma afirmação impossível de ser praticada do que por outro motivo. Afirmando isso, em primeiro lugar, porque a afirmação foi motivo de risada geral e, em segundo lugar, porque alguns alunos dessa turma vieram me dizer (pois, assim que a aluna terminou de falar, deu o sinal para o intervalo) que não era para levar em conta a fala daquela estudante: “Ela é meio doida mesmo. Imagina se daria certo dar banho desta forma nos pobres”.

Como se pode observar, a classificação de “alta” cultura e “baixa” cultura está carregada de sentidos que conferem

legitimidade aos que se representam como pertencentes à alta cultura. Os da alta cultura são os responsáveis por “conscientizar”, além de terem “capacidade” de adquirir “consciência”, conforme a fala já citada: “Se tu fores explicar para o rico, ele vai entender, ele tem cultura”.

Essa compreensão não é fruto do acaso, muito menos natural. Ela é o resultado de uma disputa de poder e do que esses sujeitos conhecem como narrativa sobre a cultura. A cultura surgiu inicialmente como um conceito que não gerava maiores dúvidas, questionamentos, indagações. Foi um conceito, segundo Veiga-Neto (2003), produzido no contexto da filosofia iluminista, no século XVIII, e designava, de modo geral, tudo aquilo que a humanidade havia produzido de melhor em termos de arte, filosofia, ciência, literatura. A partir desse entendimento, ela assume um caráter universal e único. Universal porque dizia referir-se à humanidade, um conceito que não admite exterioridade; única porque dizia englobar o que de melhor havia sido produzido até então.

Ainda segundo o autor, a idéia de que existe uma alta cultura e uma baixa cultura produziu-se nesse contexto. A alta cultura é o modelo. Dela fazem parte os homens que já “evoluiram”; já a baixa cultura engloba todos os que ainda não ascenderam à humanidade. Essa representação de cultura foi também, como mostram Bhabha (2001), Hall (2003), Bauman (2001) e o próprio Veiga-Neto (2003), decisiva no processo de dominação e subjugação das culturas da América, África e Ásia, uma vez que elas não se enquadravam no conceito de cultura eurocentricamente construído. Também

apontava para a tentativa de homogeneização cultural, buscando “limpar” o mundo das indesejáveis diferenças. Bauman (1999) explica que a modernidade se move dentro da lógica da jardinagem, em que o outro é visto como uma erva daninha que deve ser eliminada, ou no sonho da pureza (BAUMAN, 1998). Nesse sentido, a educação, especialmente a escolar, foi acionada para, em nome de um pretensão humanismo universal, impor “[...] um padrão cultural único, que era ao mesmo tempo branco, machista, de forte conotação judaico-cristã, eurocêntrico” (VEIGA-NETO, 2003, p. 10).

Isso indica a existência de uma só forma de identidade legítima, verdadeira, autêntica, boa e, ao mesmo tempo, aponta para a rejeição das diferenças identitárias, associando-as a patologia, desvio, primitivismo, barbaridade, paganismo, anormalidade, selvageria, devassidão – enfim, significa “não ter cultura, não entender, não ter consciência”, como se expressaram os sujeitos nos diferentes momentos da pesquisa. Sempre é importante lembrar que, apesar de todos os esforços de homogeneização cultural, as diferenças sempre continuaram a se proliferar, entrando em processos de negociação, como nos lembra Bhabha (2001). Mesmo em tempos de globalização, segundo Hall (2003), onde se pretende uma padronização cultural, sobretudo estadunidense, há inúmeros movimentos demonstrando que as diferenças não só resistem à homogeneização, como também se multiplicam indefinidamente.

Pode-se dizer que, durante muito tempo, houve somente o conceito de cultura, que, de certo modo, continua presente, inclusive para os sujeitos pesquisados. Para Veiga-Neto

(2003), somente a partir da década de 1920 é que o conceito de cultura começa a adquirir novos significados. Não que não exista mais o conceito “cultura”, mas ele é abalado pela antropologia, lingüística, filosofia e sociologia e, na expressão de Veiga-Neto (2003), recentemente *detonado* pelos Estudos Culturais, mostrando que é mais produtivo utilizar *culturas* em vez de *cultura*. Segundo o autor, isso representa a passagem do monoculturalismo para o multiculturalismo. Da mesma forma que Veiga-Neto (2003), Costa, Silveira e Sommer (2003) apontam que, desde o seu surgimento, os Estudos Culturais, vêm configurando um campo alternativo “[...] para fazer frente às tradições elitistas que persistem exaltando uma distinção hierárquica entre *alta cultura e cultura de massa, entre cultura burguesa e cultura operária, entre cultura erudita e cultura popular*” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 37).

A distinção entre alta e baixa cultura também deixa de ter sentido, pois não há nenhum critério transcendental para hierarquizar as culturas. Além disso, essa distinção passa a ser vista como produtora de processos de silenciamentos e exclusões, uma forma típica de quem se coloca como sujeito arrogante ou que faz uso de uma razão arrogante, que pretende fixar os significados como se estes tivessem alguma essência, natureza ou transcendência. Nesse sentido, na perspectiva que estou seguindo, não se trata de dizer como é o mundo ou como deve ser o mundo, mas de tão somente “[...] mostrar como o mundo é constituído nos jogos de poder/saber por aqueles que falam nele e dele, e como se pode criar outras formas de estar nele” (VEIGA-NETO, 2003, p. 13). O mesmo vale para as culturas, as edu-

cações, as diferenças, as identidades. Não se trata de dizer como são ou devem ser, mas de compreender seu processo infinito de construção por meio das relações de saber/poder. Hall (2003), a escrever sobre a cultura, também atenta para o fato de esta não mais estar vinculada a uma concepção elitista, possuindo um caráter mais democrático e socializado: “Não consiste mais na soma de o ‘melhor que foi pensado e dito’, considerado como os ápices de uma civilização plenamente realizada – aquele ideal de perfeição ao qual, num sentido antigo, todos aspiravam” (HALL, 2003, p. 135).

Ou seja, seguindo a argumentação de Hall (2003), Bhabha (2001), Veiga-Neto (2003), Silva (1996) e de Costa, Silveira e Sommer (2003), a cultura deixa de ser um conceito impregnado de hierarquizações, elitizações e distinções segregacionistas, para adquirir um sentido cambiante e versátil. Ela deixa de ser um campo exclusivo da erudição, da tradição literária, para ganhar novas e variadas possibilidades de sentido. Assim:

[...] as palavras têm história, vibram, vivem, produzem sentidos, ao mesmo tempo em que vão incorporando nuances, flexionadas nas arenas políticas em que o significado é negociado e renegociado, permanentemente, em lutas que se travam no campo do simbólico e do discursivo (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 37).

Nesse sentido, a questão que os Estudos Culturais propõem, ao minar-se a dicotomia alta cultura x baixa cultura e entendendo-a como o terreno em que se manifestam “[...] as lutas e os conflitos pela imposição ou pela manutenção de significados” (BUJES, 1999, p. 162), assume um papel importante, pois, com o fim dessa dicotomia,

começa-se a entender que grupos marginalizados, monstros, sujeiras, “ervas daninhas”, “pobres” são construções sociais e culturais e que, apesar de serem muitas vezes representados como amorfos, sem história, “sem cultura”, representam uma forma diferente de viver e pensar. Para Costa: “É preciso reconhecer uma cultura da pobreza que não deve ser entendida como cultura da carência e que implica um sistema diferente de viver e pensar” (COSTA, 1999, p. 63).

Como fica explicitado no debate realizado, a questão da alta e baixa cultura ou entre os que têm cultura e os que não têm cultura está diretamente ligada ao ser ou não ser pobre. Isso aparece também nas redações: “Portanto, o povo brasileiro possui uma base e um nível cultural muito baixo porque é pobre”. (Eduarda, 2º ano). Ou ainda: “A falta de cultura é um dos principais fatores que influenciam essa situação, o sistema atual provoca um círculo vicioso: pessoas cultas geram pessoas cultas e, em compensação, no outro pólo social, pessoas ocultas geram pessoas ocultas” (Tereza, 2º ano). Acredito que a estudante quis escrever “pessoas incultas”, mas manteve a grafia original.

Penso que seja importante destacar que a questão de alta cultura e baixa cultura é uma discussão que não se esgota e, mesmo que seu uso seja, como coloca Veiga-Neto (2003), detonado pelos Estudos Culturais, não quer dizer que isso seja suficiente. No dizer de Hall (2003), mesmo que a introdução de ambivalência, hibridismo, interdependência perturbem e transgridam “[...] a estabilidade do ordenamento hierárquico binário do campo cultural em alto/baixo, *não destroem a força operacional do princípio*

hierárquico da cultura” (HALL, 2003, p. 239). Ainda: “[...] não mais se pode dizer, pelo fato de a ‘raça’ não ser uma categoria científica válida, que ‘de forma alguma enfraquece sua eficácia simbólica e social’” (idem).

Além de a crítica à dicotomia não indicar que essas classificações não existam mais, significa também reconhecer que ela continua produzindo efeitos. O próprio Hall (2003) lembra que seria ingenuidade supor que o abandono dessas classificações nos estudos da cultura seria a solução para o problema. Da mesma forma, seria ingenuidade supor que os debates em torno dessa questão e mesmo a argumentação de que essas noções não são auto-excludentes, de que não são grupos fixos e que se mesclam, imbricam, articulam, sejam isentos de interesses. Trata-se de um discurso articulado com “[...] as questões da autoridade cultural e a contenção do perigo transgressor do hibridismo social, étnico, de gênero e sexual” (HALL, 2003, p. 240).

Silva (1996), ao tratar da questão da alta cultura e da baixa cultura, observa que ela pode ser vista a partir de vários lugares. Um deles, que ele denomina de “registro conservador do pânico moral e da visão patologizante” (SILVA, 1996, p. 194), entende que está havendo uma degeneração, degradação ou involução dos valores mais “nobres”, valores supostamente superiores e universais, devido à crescente ampliação do espaço da cultura popular, nessa visão entendida como a baixa cultura. Outro lugar para olhar a dicotomia seria a partir de uma “perspectiva mais progressista e benigna” (idem), ou seja, uma perspectiva crítica que vê na proliferação dos conteúdos da cultura

de massa a produção de sujeitos passivos, submissos, obedientes, alienados. Segundo Silva (1996), tanto uma quanto a outra parte do pressuposto de que a cultura de massa é inferior e representa uma distorção da “Cultura”, com letra maiúscula; portanto é preciso um projeto de intervenção.

A diferença é que a primeira perspectiva (a conservadora) parte de um passado mítico considerado mais íntegro, ao passo que a segunda (a crítica) vê a distorção como o resultado da mercantilização da cultura. Cada uma dessas formas de ver a cultura produz determinadas práticas pedagógicas: a primeira, o retorno das obras clássicas de literatura e de línguas clássicas; a segunda, uma forma crítica de desvelar a ideologia dos Meios de Comunicação de Massa. Portanto, tanto em uma quanto na outra, “[...] a ‘cultura de massa’, os novos meios, formas e conteúdos culturais são colocados sob suspeição, são vistos como o outro de uma forma cultural superior, representada, esta, pela educação institucionalizada” (SILVA, 1996, p. 195) – não em uma Instituição qualquer, deve ser uma Instituição Particular, como enfatizam os estudantes pesquisados. Não pode mais ser qualquer Instituição, pois, uma vez que quase todos passam pelo processo escolar, novas classificações fazem-se necessárias para os sujeitos poderem continuar se representando como superiores, como “cultos”, em oposição aos “não-cultos” – os que estudam em uma escola pública de baixa qualidade, segundo os debates realizados na Escola Particular. “Quem estuda em Escolas Particulares tem acesso à cultura”⁴ (Ari, no debate, 2º ano).

Silva (1996), como os demais autores do campo teórico dos Estudos Culturais,

observa que a visão dicotômica da cultura está perdendo sua legitimidade. Os processos culturais caracterizam-se pela hibridização, pela carnavalização (HALL, 2003), pela imbricação de diferentes formas culturais. Silva (1996) afirma que precisamos de formas criativas de pensar que “[...] superem os velhos binarismos da alta cultura vs. baixa cultura, cultura de elite vs. cultura de massa, iluminação vs. alienação, intelectualismo vs. mistificação...” (SILVA, 1996, p. 197). Ou seja, é preciso lembrar sempre que os supostos valores universais e superiores não possuem essas características por uma questão ontológica, mas por uma questão política. Tornaram-se “superiores” pelas disputas de poder travadas nos campos social e cultural.

Mesmo reconhecendo que os movimentos de luta dos grupos marginalizados têm sido decisivos para uma nova política cultural, Hall (2003) tem o cuidado de não identificar isso como uma fase de confortável momento de vitórias para esses grupos. Segundo ele, permanecer nessas metanarrativas significaria cair na armadilha de uma divisão de estilo ou/ou, que não está de acordo com as políticas culturais. O que está em jogo não é uma substituição de uma cultura pela outra. A dicotomia cultura hegemônica e cultura contra-hegemônica não corresponde aos movimentos culturais: “A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perdedor; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura” (HALL, 2003, p. 339). O autor faz uma crítica a muitos estudiosos da cultura que acreditam que não é possível mudar nada.

A crítica torna-se pertinente porque, desta forma, “estratégias culturais que façam diferença” (idem) acabam não sendo desenvolvidas.

A questão da alta e baixa cultura está relacionada à questão da cultura popular e cultura erudita, o que também pôde ser observado nos sujeitos investigados, especialmente pela recorrência da expressão “o povo não tem cultura”. Hall (2003) salienta que é importante ter o cuidado de não simplesmente opor a cultura popular ao campo da cultura erudita, como se um fosse o campo das práticas saudáveis e o outro o das práticas condenáveis. As culturas estão sempre mescladas, articuladas. São híbridas, diaspóricas, negociadas. Isso não implica desconsiderar que a dicotomia alta/baixa cultura tem sido utilizada para produzir a cultura ocidental, mas que o conteúdo relativo a cada uma muda historicamente. Nesse sentido, para Hall (2003), a questão não é se deter no inventário do que seja alta cultura e baixa cultura, mas olhar para os processos de poder por meio dos quais determinadas práticas são consideradas “baixas” e outras “altas” em um contexto específico. Ou seja, o que faz com que os estudantes entendam que assistir à TV aberta, estudar em uma escola pública, escutar determinadas músicas, só conseguir aprovação em vestibular de Universidade Privada sejam práticas típicas da baixa cultura é o que deve ser o interesse em uma pesquisa e não a classificação em si. As classificações são contraditórias, ambivalentes e circunstanciais.

Todo campo cultural é um campo de contestação e de luta estratégica, seja um campo cultural do popular ou não. Hall (2003), referindo-se ao campo popular da

cultura, argumenta que um campo cultural nunca pode ser simplificado a partir de diades, tais como, “[...] alto ou baixo, resistência versus cooptação, autêntico versus inautêntico, experiencial versus formal, oposição versus homogeneização” (HALL, 2003, p. 342). Baseando-se em Bhabha (2001), pode-se argumentar que, entre essas diades, há inúmeros entre-tempos e entre-espaços que multiplicam as lutas, estratégias, práticas culturais, produzindo diferentes significados, identidades e diferenças que de forma alguma são puras, e sim híbridas, pois estão fortemente marcadas pelos movimentos diaspóricos que caracterizam o mundo pós-colonial. Como afirma Hall: “Sempre existem posições a serem conquistadas na cultura popular, mas nenhuma luta consegue capturar a própria cultura popular para o nosso lado ou deles” (HALL, 2003, p. 342).

Concluo afirmando que se pôde perceber que para os estudantes pesquisados não há dúvidas quanto ao fato de pertencerem à alta cultura. Isto faz com que vejam os outros (os outros via de regra são os pobres) como os que pertencem à baixa cultura, porque estudam em escolas públicas, assistem TV aberta, não têm condições de consumir, não viajam, não vão ao teatro, escutam músicas “bregas” e não se esforçam, por isto, no máximo freqüentarão uma universidade particular. Pode-se concluir também que a dicotomia alta cultura x baixa cultura está presente em todos os momentos da pesquisa e está atravessada por uma questão econômica, na qual o pobre, visto como sujeito sem cultura, passa a ser representado não apenas como alguém sem condições materiais, mas como alguém

que condensa todos os significados indesejáveis para os que se identificam como pertencentes à alta cultura.

Ao finalizar, reitero que mesmo que esta dicotomia seja detonada pelos Estudos Culturais, a questão não é simplesmente abandonar essa terminologia, mas usá-la para contribuir no seu processo de desconstrução, quando se trata de um campo de investigação em que essa classificação assume uma centralidade, como foi o caso desta pesquisa. Uma centralidade, não no sentido de ser mais importante, mas, como diria Veiga-Neto (2003), centralidade porque está presente em todos os momentos,

seja na observação, nos debates, nas entrevistas, nas redações.

Notas

¹ Na tese analiso estas representações de forma detalhada.

² Lembro que em nenhum momento estou me referindo ao sujeito moderno (crítico, consciente, livre, centrado), mas ao sujeito produzido pelas relações de poder, um sujeito contraditório, descentrado, difuso.

³ Esse debate foi sugerido e organizado pelo professor da disciplina; portanto, não se trata dos debates sugeridos por mim como pesquisador. Ele ocorreu durante as minhas observações.

⁴ Saliento que, embora faça somente menção a uma fala, esta afirmação foi recorrente em todos os momentos da pesquisa para todos os estudantes.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BUJES, Maria Isabel Edelweis. Constituintes diferenças: uma discussão sobre a pedagogia e o currículo na educação infantil. In: SILVA, Luiz Heron. *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 157-166.
- COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 37-68.
- COSTA, Maria Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luís Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 23, p. 36-61, maio./jun./jul./ago. 2003.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 23, p. 5-15, maio./jun./jul./ago. 2003.

Recebido em 18 de outubro de 2005.

Aprovado para publicação em 22 de novembro de 2005.